

Boletim do Trabalho e Emprego

10

1.^A SÉRIE

Propriedade: Ministério do Trabalho e da Solidariedade
Edição: Centro de Informação Científica e Técnica

Preço 71\$00
(IVA incluído)

BOL. TRAB. EMP.	1. ^A SÉRIE	LISBOA	VOL. 65	N.º 10	P. 177-184	15-MARÇO-1998
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	------------	---------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Despachos/portarias:

...

Portarias de regulamentação do trabalho:

...

Portarias de extensão:

- Aviso para PE das alterações do CCT entre a ANIM — Assoc. Nacional dos Industriais de Moagem de Trigo, Milho e Centeio e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos 179

Convenções colectivas de trabalho:

- CCT entre a ANICP — Assoc. Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe e outra e o SITEC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros — Alteração salarial e outra 179
- CCT entre a ANIM — Assoc. Nacional dos Industriais de Moagem de Trigo, Milho e Centeio e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos — Alteração salarial e outras 181
- CCT entre a AIVE — Assoc. dos Industriais de Vidro de Embalagem e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química — Alteração salarial e outras 182



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS/PORTARIAS

...

PORTARIAS DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

...

PORTARIAS DE EXTENSÃO

Aviso para PE das alterações do CCT entre a ANIM — Assoc. Nacional dos Industriais de Moagem de Trigo, Milho e Centeio e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE das alterações do CCT mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 10, de 15 de Março de 1998.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pela associação sindical signatária;
- c) A PE a emitir não será aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre empresas e trabalhadores que exerçam a sua actividade em azenhas ou moinhos movidos normalmente a água ou a vento.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a ANICP — Assoc. Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe e outra e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e outros — Alteração salarial e outra.

sentadas pela associação patronal outorgante, bem como à JOCOSIL — Produtos Alimentares, L.^{da}, e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e revisão

Cláusula 1.^a

Área e âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, as empresas que se dedicam à indústria de conservas de peixe repre-

Cláusula 2.^a

Vigência do contrato

A tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 1997.

CAPÍTULO VII

Retribuição do trabalho

Cláusula 52.^a-A

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT têm direito a um subsídio de refeição no valor de 310\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado.

2 — O valor deste subsídio não será considerado para a cláusula dos subsídios de Natal e de férias.

Cláusula 64.^a

Disposição final

Mantêm-se em vigor as matérias constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 20, de 29 de Maio de 1981, e 9, de 8 de Março de 1997, com excepção das agora revistas.

ANEXO II

Tabela salarial

Grupos	Categorias profissionais	Retribuições
I	Director de serviços Chefe de escritório	129 900\$00
II	Chefe de departamento/chefe de serviços Chefe de divisão/tesoureiro Analista de sistemas Contabilista/técnico de contas	120 500\$00
III	Chefe de vendas	115 100\$00
IV	Chefe de secção/inspector de vendas Programador de aplicação ou de informática/guarda-livros.	108 300\$00
V	Correspondente em línguas estrangeiras ... Secretário de direcção Encarregado de fogueiro	95 700\$00
VI	Primeiro-escriturário Operador mecanográfico/caixa Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras Ajudante de guarda-livros Vendedor/prospectador de vendas Fogoeiro de 1. ^a classe Operador de máquinas de contabilidade ...	91 800\$00
VII	Segundo-escriturário/perfurador-verificador ou gravador de dados/esteno-dactilógrafo em língua portuguesa/cobrador/apontador. Recepcionista/fogoeiro de 2. ^a classe	84 700\$00
VIII	Terceiro-escriturário/telefonista Demonstrador/fogoeiro de 3. ^a classe Ajudante de motorista	79 300\$00

Grupos	Categorias profissionais	Retribuições
IX	Contínuo maior/porteiro/guarda Ajudante de fogoeiro do 3.º ano Estagiário do 2.º ano/servente de carga ... Dactilógrafo do 2.º ano	70 800\$00
X	Estagiário do 1.º ano/dactilógrafo do 1.º ano Ajudante de fogoeiro dos 1.º e 2.º anos ...	63 600\$00
XI	Servente de limpeza Contínuo de 18 a 20 anos	63 200\$00
XII	Paquete de 17 anos	43 200\$00

Porto, 21 de Janeiro de 1998.

Pela Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe:

(Assinatura ilegível.)

Pela JOCOSIL — Produtos Alimentares, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEP-CES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Entrado em 27 de Fevereiro de 1998.

Depositado em 5 de Março de 1998, a fl. 109 do livro n.º 8, com o n.º 28/98, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANIM — Assoc. Nacional dos Industriais de Moagem de Trigo, Milho e Centeio e a FSIABT — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação, Bebidas e Tabacos — Alteração salarial e outras.

O CCT da moagem de ramas e espoadas de milho e centeio, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 10, de 15 de Março de 1997, é revisto da forma seguinte:

Cláusula 2.^a

Vigência

1 —

2 — A tabela salarial e o clausulado de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998.

Cláusula 76.^a-A

Subsídio de alimentação

Os trabalhadores abrangidos por este contrato têm direito a um subsídio de alimentação no valor de 600\$ por cada dia de trabalho efectivamente prestado, sem prejuízo de subsídios ou condições mais favoráveis existentes.

ANEXO II

Enquadramentos salariais

Grupos	Categorias profissionais	Remuneração mínima mensal
I	Moleiro	(a) 84 200\$00
II	Ajudante de moleiro Motorista de pesados	80 800\$00
III	Encarregado de secção Fiel de armazém	75 700\$00
IV	Ajudante de motorista Condutor de máquinas Ensacador/pesador	72 500\$00
V	Auxiliar de laboração Guarda ou porteiro	69 400\$00
VI	Empacotador	62 900\$00
VII	Aprendiz	52 400\$00

(a) Nas empresas com menos de cinco trabalhadores, aos trabalhadores com a categoria profissional de moleiro que não exerçam funções de chefia será atribuída a remuneração mínima mensal de 73 500\$.

Lisboa, 6 de Janeiro de 1998.

Pela ANIM — Associação Nacional dos Industriais de Moagem de Trigo, Milho e Centeio:

(*Assinaturas ilegíveis.*)

Pela FSIABT — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos:

(*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FSIABT — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares da Beira Interior;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos.

E, para que esta declaração produza os seus efeitos legais, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Federação.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1998. — Pela Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Entrado em 2 de Março de 1998.

Depositado em 4 de Março de 1998, a fl. 109 livro n.º 8, com o n.º 26/98, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a AIVE — Assoc. dos Industriais de Vidro de Embalagem e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química. — Alteração salarial e outras.

Cláusula preliminar

São introduzidas no CCT as seguintes alterações:

Cláusula 22.^a

Duração máxima do trabalho efectivo

1 — O período máximo semanal de trabalho efectivo, que, até ao presente, é de quarenta horas para o pessoal de horário diurno fixo e de trinta e sete horas e trinta minutos para o pessoal de turnos, será progressivamente reduzido de modo a atingir-se, em 2002, os limites de trinta e sete horas e trinta minutos para o pessoal de horário diurno fixo e de trinta e cinco para o pessoal de turnos, nos termos previstos nesta cláusula.

2 — Para o pessoal de horário diurno fixo serão os seguintes os limites máximos de trabalho efectivo:

- a) 1998 — trinta e nove horas e trinta minutos de trabalho semanal efectivo;
- b) 1999 — trinta e nove horas de trabalho semanal efectivo;
- c) 2000 — trinta e oito horas e trinta minutos de trabalho semanal efectivo;
- d) 2001 — trinta e oito horas de trabalho semanal efectivo;
- e) 2002 — trinta e sete horas e trinta minutos de trabalho semanal efectivo.

3 — Para o pessoal de dois turnos rotativos serão os seguintes os limites máximos de trabalho efectivo:

- a) 1998 — trinta e sete horas de trabalho semanal efectivo;
- b) 1999 — trinta e seis horas e trinta minutos de trabalho semanal efectivo;
- c) 2000 — trinta e seis horas de trabalho semanal efectivo;
- d) 2001 — trinta e cinco horas e trinta minutos de trabalho semanal efectivo;
- e) 2002 — trinta e cinco horas de trabalho semanal efectivo.

4 — Para o pessoal de três turnos (laboração contínua) as empresas podem manter o actual regime de horário de trabalho; a redução do trabalho efectivo far-se-á então por meio do aumento dos dias de compensação:

- a) 1998 — 16 dias de compensação;
- b) 1999 — 19 dias de compensação;
- c) 2000 — 22 dias de compensação;
- d) 2001 — 25 dias de compensação;
- e) 2002 — 28 dias de compensação.

5 — Para o pessoal em regime de três turnos com folga fixa, mantém-se o actual regime de horário. A redução do trabalho efectivo far-se-á por meio de dias de compensação:

- a) 1998 — 3 dias de compensação;
- b) 1999 — 6 dias de compensação;

- c) 2000 — 9 dias de compensação;
- d) 2001 — 12 dias de compensação;
- e) 2002 — 15 dias de compensação.

6 — O período de trabalho diário deve ser interrompido por um intervalo de duração não inferior a uma hora, de modo que os trabalhadores não prestem mais de cinco horas de trabalho consecutivo; nos casos de laboração por turnos, esse intervalo terá duração não inferior a meia hora; em qualquer outro caso, o intervalo poderá ter duração inferior a uma hora, desde que haja acordo entre a entidade patronal e os trabalhadores.

7 — O trabalhador terá total disponibilidade do intervalo previsto no número anterior.

8 — Nos dias de compensação, os trabalhadores têm direito a receber o subsídio de refeição.

9 — O disposto nas alíneas a) dos n.ºs 2 e 3 supra entra em vigor no dia 1 de Fevereiro de 1998.

10 (transitória) — A transição de horários prevista nesta cláusula é independente das pausas ou paragens análogas presentemente praticadas em algumas empresas.

Cláusula 22.^a-A

Dias de compensação

Aos dias de compensação previstos na cláusula anterior são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os dias de compensação serão distribuídos pelos três quadrimestres do ano, como segue:

Quadrimestres	Dias	
	1998	1999
1.º	7	8
2.º	2	3
3.º	7	8

- b) Os dias de compensação serão designados por comum acordo entre a entidade patronal e o trabalhador não havendo acordo, serão marcados pela entidade patronal;
- c) Os dias de compensação serão equitativamente distribuídos pelos três turnos de horário, considerando-se, para este efeito, os 12 meses do ano;
- d) Anualmente, cada trabalhador tem direito a gozar em sábado ou domingo três dias de compensação, distribuindo-os pelos 1.º e 3.º quadrimestres (dois num e um no outro);
- e) Anualmente, cada trabalhador tem direito a designar três dias para gozo de compensação, distribuindo-os pelos 1.º e 3.º quadrimestres (dois num e um no outro); para esse efeito, avisará a entidade patronal por escrito, com antecedência mínima de 10 dias. Este direito fica, porém, condicionado à utilização por um único trabalhador por turno e por secção. No caso de haver mais de um trabalhador a pretender utilizar o mesmo turno na mesma secção, poderá a entidade patronal sortear o gozo desse dia pelos pretendentes;

- f) Em caso de paragens técnicas prolongadas ou outras provocadas por motivos de força maior, a entidade patronal poderá marcar os dias de compensação correspondentes a dois quadrimestres seguidos, mesmo sem acordo do trabalhador. Por paragem prolongada deve entender-se as paragens superiores a 21 dias.

Cláusula 22.^a-B

Cláusula de salvaguarda

Para salvaguarda do sistema previsto nas cláusulas 22.^a e 22.^a-A, na redacção para elas acordada em 1998, as partes outorgantes acordam em discutir e em poder negociar a evolução do sistema de horário de trabalho agora acordada, no caso de alterações legislativas de carácter imperativo que impliquem mudanças essenciais dos respectivos conceitos.

TABELAS SALARIAIS

1998

(1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1998)

1	255 950\$00
2	198 800\$00
3	185 000\$00
4	156 650\$00
5	151 300\$00
6	146 600\$00
7	142 850\$00
8	139 600\$00
9	137 150\$00
10	135 000\$00
11	132 750\$00
12	130 950\$00
13	128 250\$00
14	126 300\$00
15	123 950\$00
16	121 600\$00
17	119 700\$00
18	116 950\$00
19	115 450\$00
20	112 650\$00
21	110 450\$00
22	107 750\$00
23	104 400\$00

Pela AIVE — Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem:

Isabel Maria dos Reis Tavares Valente.

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química:

José Luís Carapinha Rei.

ANO DE 1998

Tabela de praticantes e aprendizes

Praticante geral

1.º ano	52 800\$00
2.º ano	56 850\$00
3.º ano	60 050\$00
4.º ano	66 650\$00

Aprendiz geral

16 anos	47 850\$00
17 anos	49 850\$00

Praticante de metalúrgico e ajudante de electricista

1.º ano	60 450\$00
2.º ano	66 350\$00

Aprendiz de metalúrgico e de electricista

1.º ano:	
16 anos	46 850\$00
17 anos	48 700\$00
2.º ano:	
16 anos	48 700\$00

Cláusula 33.^a — N.º 2, alínea a)

Cantinas em regime de auto-serviço

Subsídio de refeição — 673\$50.

Cláusula 82.^a

Abono para falhas (cobrador e caixa) — 9500\$.

1999

(1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1999)

Os valores salariais (e das prestações pecuniárias acima previstas) serão actualizados na base da tabela de 1998, mais a taxa de inflação verificada, medida pelo crescimento médio anual do IPC (sem rendas de casa), mais 1 % (sobre o valor da tabela).

Os arredondamentos serão feitos para a centena ou meia centena de escudos superior.

Lisboa, 20 de Janeiro de 1998.

Pela AIVE — Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem:

Isabel Maria dos Reis Tavares Valente.
(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química:

José Luís Carapinha Rei.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química representa a seguinte associação sindical:

SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química e Indústrias Diversas.

Lisboa, 29 de Janeiro de 1998. — Pelo Secretariado,
(Assinatura ilegível.)

Entrado em 10 de Fevereiro de 1998.

Depositado em 4 de Março de 1998, a fl. 109 do livro n.º 8, com o n.º 27/98, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

